

Papa adverte sobre abusos na luta mundial contra o terrorismo

O Papa João Paulo II condenou duramente o uso da força como única opção na luta contra o terrorismo e defendeu o papel das Nações Unidas, cujos "objectivos estatutários permanecem válidos".

"A luta contra o terrorismo não pode ser limitada apenas a operações repressivas e punitivas. É essencial que o recurso à força seja acompanhado por uma análise lúcida dos motivos dos ataques terroristas", afirmou o pontífice na sua tradicional mensagem do Dia Mundial da Paz.

O Papa sustentou também que a luta contra o terrorismo deve levar em conta os aspectos políticos e ideológicos, evitando as situações de injustiça que incentivam os actos mais desesperados e sanguinários, insistindo numa educação baseada no "respeito pela vida humana em quaisquer circunstâncias".

João Paulo II pediu também que não "prevaleça a lei do mais forte" no direito internacional. O Papa, que não mencionou a recente captura do ex-ditador iraquiano Saddam Hussein, lembrou que as leis internacionais prevêm "sanções apropriadas para os transgressores", além das "indenizações às vítimas". E deixou uma advertência: "Essas sanções também se devem aplicar aos dirigentes que violam impunemente a dignidade e os direitos humanos, sob o inaceitável pretexto de tratar-se de assuntos internos dos Estados", avisou o Papa.

Na sua mensagem, João Paulo II referiu-se várias vezes à importância do direito internacional como "garantia da paz" e defendeu uma "reforma" da ONU como forma de esta funcionar com maior "eficiência".

"Os governos democráticos sabem muito bem que o uso da força contra os terroristas não pode justificar a renúncia aos princípios de um Estado de direito", afirmou o Papa. "Procurar o sucesso a qualquer custo, inclusivamente violando os direitos humanos fundamentais, seria uma opção política inaceitável. O fim nunca justifica os meios", sentenciou.